



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

ANEXO I - ESTRUTURA FINANCEIRA

Sigla:	TJPA
Nome do Órgão:	Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Autoridade Máxima:	Desª Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos
Responsável pela Informação:	Departamento Financeiro
Mês de Referência (MM/AAAA):	Setembro de 2023
Data da Publicação:	19/10/2023

Inciso I – Despesas com Pessoal e Encargos		Set
Alínea	Discriminação das despesas	Valores (R\$ 1,00)
I-A	despesas com pessoal ativo	31.515.393,18
I-B	despesas com pessoal inativo e pensões*	0,00
I-C	encargos sociais incidentes sobre a remuneração de pessoal	30.525.172,64
I-D	despesas com sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios, requisições de pequeno valor e débitos judiciais periódicos vincendos) a servidores ou empregados, conforme ação orçamentária específica, apropriado pelo Critério de Competência ⁽¹⁾	0,00
	TOTAL	62.040.565,82

Inciso II – Outras Despesas de Custeio		Set
Alínea		Valores (R\$ 1,00)
II-A	benefícios a servidores e empregados – auxílio-transporte	0,00
II-B	benefícios a servidores e empregados – auxílio-alimentação	15.795,44
II-C	benefícios a servidores e empregados – auxílio-creche	0,00
II-D	benefícios a servidores e empregados – assistência médica e odontológica	0,00
II-E	diárias pagas a servidores, empregados e colaboradores	746.173,86
II-F	Passagens e despesas com locomoção	138.278,16
II-G	Indenizações de ajuda de custo, transporte e auxílio moradia	0,00
II-H	aluguel de imóveis	207.727,85
II-I	Serviços de água e esgoto	4.469,55
II-J	Serviços de energia elétrica	970.416,85
II-K	Serviços de telecomunicações	267.847,37
II-L	Serviços de comunicação em geral	0,00
II-M	serviços de informática, incluindo manutenção e locação de software, locação de equipamentos de processamento de dados, serviços de tecnologia da informação, serviços técnico-profissionais de tecnologia da informação, aquisição de software sob encomenda, manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados, e comunicação de dados	1.775.321,33
II-N	serviços de limpeza e conservação	3.013.809,54
II-O	serviços de vigilância armada e desarmada	935.028,18
II-P	Serviços de publicidade	87.210,45
II-Q	locação de mão de obra e postos de trabalho, ressalvado o apropriado nas alíneas “n”, e “o”	357.506,22
II-R	Serviços de seleção e treinamento	561.755,17
II-S	Aquisição de material de expediente	41.934,30
II-T	aquisição de material de processamento de dados e de software	3.570,00
II-U	aquisição de material bibliográfico	27.547,42
II-V	aquisição de combustíveis e lubrificantes	0,00
II-W	aquisição de gêneros alimentícios	27.626,49
II-X	aquisição de material de consumo, ressalvado o apropriado nas alíneas ‘s’ a ‘w’	562.194,21
II-Y	serviços médico e hospitalares, odontológicos e laboratoriais	2.217.111,91
II-Z	demais despesas de custeio	3.225.321,31
	TOTAL	15.186.645,61

Inciso III – Despesas com Investimentos		Set
Alínea		Valores (R\$ 1,00)
III-A	Construção e reforma de imóveis	434.586,91
III-B	Aquisição de Material Permanente - Veículos	0,00
III-C	Aquisição de Material Permanente – Equipamentos de Informática	0,00
III-D	Aquisição de Material Permanente – Programas de Informática	0,00
III-E	Aquisição de Material Permanente – Demais itens	28.733,64
	TOTAL	463.320,55

Inciso IV – Despesas com Inversões Financeiras **		Set
Alínea		Valores (R\$ 1,00)
IV-A	Aquisição de imóveis, ou bens de capital já em utilização.	0,00
IV-B	Outras inversões	0,00
	TOTAL	0,00

Inciso V – Repasses do Tesouro Nacional ou Estadual ou Sub-repasses recebidos, destinados ao pagamento de		Set
Alínea		Valores (R\$ 1,00)
V-A	Pessoal e Encargos ⁽²⁾	121.272.814,00
V-B	Custeio ⁽³⁾	15.651.123,29
V-C	Investimento	0,00
V-D	Inversões Financeiras	0,00
	TOTAL	136.923.937,29

Inciso VI – Receitas		Set
Alínea		Valores (R\$ 1,00)
VI-A	Recursos a título de Custas Judiciais	8.636.206,63
VI-B	Recursos a título de Taxas Judiciárias	4.646.859,91
VI-C	Recursos a título de Serviços extrajudiciários	10.492.912,85
VI-D	Demais recursos conforme Previsão em leis específicas ⁽⁴⁾	21.838.848,45
	TOTAL	45.614.827,84

* Fonte: SIAFEM e Demonstrativos do IGEPREV

** Não Houve Pagamento

(1) - As despesas referidas não estão preenchidas dado que o único precatório existente em que figuram como credores servidores deste Tribunal, consta como órgão devedor o Estado do Pará, portanto a situação não se enquadra na hipótese aventada.

(2) - Repasse efetivado pelo Estado, conforme percentual da Receita do Tesouro definido na Lei de Diretriz Orçamentária de cada exercício e sua aplicação de acordo com a estrutura programática aprovada nas Leis Orçamentárias Anuais.

(3) - Repasse referente ao imposto de renda retido na fonte.

(4) - Receitas referentes à rendimentos sobre depósitos judiciais, rendimentos sobre aplicações, aluguéis, multas, exercícios anteriores e depósitos judiciais, conforme a Lei nº 6.750/05.

(5) - A execução Orçamentária e Financeira no SIAFEM/2022 iniciou a partir de 25/01/2022, haja vista que o SIAFEM/2022 foi liberado em 13/01/2022 e, ainda, necessitou de ajustes orçamentários em decorrência da integração do novo Sistema GRP-Thema.

(6) - Em que pese o novo Sistema Integrado de Administração Financeira Estadual - Pará - SIAFE ter sido liberado para execução orçamentária e financeira em 16/01/2023, o mesmo ainda está passando por ajustes, comprometendo assim a extração de dados do mesmo. Logo, o presente relatório poderá ser retificado posteriormente.